



ESTADO DA BAHIA
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - INEMA/DG/DISUC/CGEUC

ATA II REUNIAO ORDINARIA CONSELHO APA BAIA CAMAMU 2026

ATA DA II REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA APA BAÍA DE CAMAMU - 2026

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 14h, realizou-se a II Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Baía de Camamu, de forma on line pelo aplicativo TEAMS, conduzida pela gestora da unidade, Erika Campos, com participação de conselheiros, representantes institucionais e convidados.

Inicialmente, registraram-se conversas informais, verificação de presença e alinhamentos para início da reunião, incluindo observações acerca do número reduzido de cadeiras do conselho e a necessidade de aguardar a chegada de alguns conselheiros antes da abertura formal dos trabalhos.

Na abertura da reunião, Erika Campos apresentou um histórico recente da gestão da APA Baía de Camamu, destacando que a atual gestão foi assumida em 2022 e que o funcionamento regular do conselho se consolidou a partir de 2023. Informou ainda sobre os mandatos, prorrogações decorrentes do período eleitoral e a recomposição do conselho gestor.

Em seguida, foi apresentada a composição territorial da APA Baía de Camamu, abrangendo a Península de Maraú, a Baía de Camamu e áreas interiores do município de Camamu, ressaltando a presença e representação de comunidades quilombolas, pesqueiras e tradicionais no conselho.

Foi reiterado que a APA ainda não possui Plano de Manejo, sendo sua elaboração apontada como prioridade central da gestão e do conselho. Erika explicou que o processo depende de articulação institucional entre o INEMA e a SEMA, destacando que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado é responsável pela execução do plano de manejo. Informou também que o Ministério Público solicitou à SEMA definição de recursos e elaboração de termo de referência visando iniciar o processo no próximo ano.

Durante a discussão, foram abordadas as limitações estruturais do Estado para elaboração de planos de manejo, em razão da ausência de equipe técnica dedicada exclusivamente a essa finalidade, diferentemente do modelo operacional do ICMBio, que possui maior autonomia técnica.

Também foi discutida a contratação vinculada ao TCSA do Porto Sul para elaboração de blocos de planos de manejo, esclarecendo-se que a ação contemplou apenas unidades diretamente impactadas pelo empreendimento Porto Sul, não abrangendo todas as unidades estaduais.

Na sequência, foram debatidas questões relacionadas ao fundo de compensação ambiental, destacando-se o histórico de indefinições jurídicas acerca da natureza do fundo, atualmente reconhecido como de identidade privada com caráter público. Foi ressaltado que tais indefinições contribuíram para atrasos na execução dos recursos e impactaram diretamente a execução financeira para elaboração de planos de manejo e contratação de estudos técnicos especializados e outras atividades previstas para compensação.

Quanto à organização institucional, Erika informou sobre a gravação da reunião e agradeceu a presença da equipe do Observatório do Porto Sul. Propôs ainda integração entre o Conselho da APA e o Comitê de Bacia do Baixo Sul e do Recôncavo Sul, prevista para o mês de julho, com o objetivo de apresentação do Plano de Bacia e de projetos locais relacionados à certificação das águas. Informou que seria encaminhada enquete no grupo do conselho para validação da pauta integrada.

Na sequência, Leonardo Rodrigues e equipe iniciaram a apresentação institucional do Observatório Social do Sul da Bahia, destacando sua origem vinculada ao TCSA do Porto Sul e sua posterior ampliação de atuação para 83 municípios do território cacaueiro. Foi informado que o Observatório mantém cinco painéis públicos

disponíveis em seu site institucional e atua como repositório histórico e espaço de sistematização de informações socioambientais.

Leonardo informou ainda que o Observatório atualmente não recebe mais recursos do TCSA, estando sediado no Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia, na UESC, mediante parceria institucional entre a Universidade e a Associação do Parque, contando com conselhos consultivo, curador de dados e de gestores.

A equipe apresentou os objetivos dos painéis públicos, voltados à sistematização e devolutiva de informações à sociedade, sendo inicialmente demonstrados o Painel de Supressão da Vegetação e o Painel Socioeconômico.

Letícia Fraga apresentou o Painel de Supressão da Vegetação, explicando que os dados são compilados a partir de alertas do INEMA, Programa ARPA e MapBiomas, com tratamento de sobreposição e cruzamento de informações com municípios e autorizações ambientais. Informou que o painel registra aproximadamente 62 mil hectares suprimidos no território, dos quais apenas 0,97% possuem autorização formal, além de perdas significativas de formação florestal e áreas de cacau.

Também foi discutida a possível correlação entre a queda do preço do cacau e o aumento da supressão vegetal, indicando necessidade de aprofundamento de pesquisas e formulação de políticas públicas voltadas à qualificação da cadeia produtiva do cacau, restauração ambiental e alternativas sustentáveis de uso do solo.

Foi destacado ainda que, no município de Camamu, aproximadamente 44% do desmatamento registrado ocorreu mediante autorização pública, apontando fragilidade nos mecanismos de comando e controle ambiental.

Em seguida, Letícia apresentou o Painel Socioeconômico, elaborado a partir de microdados do IBGE, contemplando informações territoriais, demográficas, socioeconômicas e de infraestrutura, incluindo dados sobre comunidades quilombolas, assentamentos, unidades de conservação, alfabetização por cor/raça, indicadores econômicos e saneamento básico. Informou que melhorias gráficas e técnicas serão implementadas posteriormente mediante utilização de nova licença do ArcGIS.

Leonardo destacou que a base de dados do Observatório pode subsidiar estados, municípios e instituições em projetos, estudos e formulação de políticas públicas, mencionando experiências anteriores de elaboração de notas técnicas para o Condema de Ilhéus e para o Ministério Público Federal.

Foi apresentada ainda proposta de ampliação do painel costeiro hospedado na plataforma do Ministério Público, com possibilidade de inclusão do município de Maraú, condicionada à aprovação de financiamento específico.

Na parte final da reunião, a equipe iniciou a apresentação do trabalho desenvolvido com a associação AMOR que demonstrou tecnicamente o painel da microbacia de Piracanga, apresentando mapas, imagens de satélite e informações cartográficas relacionadas a curvas de nível, pedologia, áreas de mangue, pântanos, nascentes e cobertura do solo.

A análise técnica evidenciou forte vocação ambiental da microbacia para conservação, com predominância de áreas preservadas, restingas, manguezais e sistemas agroflorestais, embora tenham sido apontados riscos decorrentes de loteamentos, permissões de mineração e possível asfaltamento da estrada que atravessa a bacia.

Também foi discutida a necessidade de construção de estratégias integradas de conservação, diálogo institucional com unidades de conservação e apoio à criação de RPPNs e outras iniciativas de proteção territorial.

O Observatório manifestou interesse em realizar o mapeamento de microbacias das APAs de Itacaré-Serra Grande e da Baía de Camamu mediante captação de recursos e formalização de demanda institucional, utilizando imagens de satélite e oficinas participativas com as comunidades locais.

Erika Campos informou que o início formal do diagnóstico do Plano de Manejo depende de aval formal da SEMA, disponibilidade de recursos financeiros e contratação de consultoria especializada, inclusive urbanística, destacando que o Plano de Bacia do Baixo Sul que poderá complementar os estudos, mas não substituirá o mapeamento em microescala requerido pelas comunidades locais, especialmente em Piracanga.

Ao final, ficaram definidos os seguintes encaminhamentos:

- Agendamento da reunião integrada com o Comitê de Bacia do Baixo Sul e do Recôncavo Sul para o mês de julho mediante a aprovação da pauta técnica pelo conselho;
- Convite ao Instituto das Águas de Piracanga para apresentação do projeto de certificação de águas;

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue para os devidos registros.



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA VALESKA MEIRELLES CAMPOS, Especialista Meio Ambiente Recursos Hídricos**, em 17/07/2026, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00144877861** e o código CRC **0F1532D5**.